



SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATO NORMATIVO nº. 223, de 27 de setembro de 2006.

Aprova o relatório definido na Lei Complementar nº 101/2000 e dá outras providências.

OLYMPPIO PEREIRA DA SILVA JÚNIOR, MINISTRO DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 22, Parágrafo único, do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO para o período de setembro de 2005 a agosto de 2006.

Art. 2º Determinar a sua publicação conforme prevê o artigo 55 da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), de 04.05.2000, observadas as prescrições da Portaria nº 586/STN, de 29.08.2005 e a Decisão nº 1.099/2002-TCU - Plenário, de 28.08.2002, conforme quadro anexo.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

OLYMPPIO PEREIRA DA SILVA JÚNIOR

DIRETORIA DE PESSOAL				
PUBLICAÇÃO				
DOU 1	nº 188	de 29/09/06	pág. 191	
BJM	nº 45	de 06/10/06		

ANEXO DO ATO NORMATIVO N.º 223, de 27 de setembro de 2006.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2005 a AGOSTO DE 2006

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" – Anexo I

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADADA (Últimos 12 Meses)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	181.215
Pessoal Ativo	87.489
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	0
Sentenças Judiciais Com Precatório (do Próprio Órgãos e de Outros da Administração direta)	0
Demais Despesas com Pessoal Ativo	87.489
Pessoal Inativo e Pensionistas	93.726
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art.18, § 1º da LRF)	0
(-) Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF) (II)	49.933
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0
Decorrentes de Decisão Judicial	58
Despesas de Exercícios Anteriores	1.442
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	48.433
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III) – Contribuições Patronais	5.540
Contribuições Patronais (repasse financeiros realizados no período, referentes ao exercício de 2005).	5.540
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE – TDP (IV) = (I +II + III)	136.822
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)	334.601.602
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE -TDP sobre a RCL (IV / V) * 100	0,040891%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,101798%
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,096708%

Observações:

- (1) Fonte dos dados: SIAFI2005 e SIAFI2006.
- (2) RCL publicada pela Portaria n.º 692/ STN, de 19.09.2006.
- (3) Limite Máximo Legal – LRF = 0,101798%, índice de participação da JMU na RCL, conforme Resolução/CNJ n.º 05, de 16/08/2005.
- (4) Limite Prudencial – LRF = 0,096708% do Limite Legal.

Nota explicativa: As Obrigações Patronais apropriadas na despesa 3.3.1.91.13.00, no exercício de 2006, correspondem a importância de R\$9.038.059,15 e o Repasse Financeiro dessas obrigações, de setembro a dezembro de 2005, corresponde a importância de R\$5.540.724,26

Olympio Pereira da Silva Junior
Ministro do Superior Tribunal Militar
no exercício da Presidência

Jorge Felipe da Cal
Secretário de Planejamento

Mozart Arruda Cavalcanti
Diretor Geral Substituto

Valdemir Regis Ferreira de Oliveira
Secretário de Controle Interno